

**CrediSIS CrediBrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre
Admissão do Oeste de Rondônia**

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024

CrediSIS CrediBrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia

Demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024.

Sumário

Demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024.....	2
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
1 Contexto operacional	8
2 Apresentação das demonstrações financeiras	8
3 Resumo das principais práticas contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5 Títulos e valores mobiliários	16
6 Relações Interfinanceiras de Liquidez.....	16
7 Operações de Crédito	17
8 Outros ativos financeiros.....	18
9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	19
10 Outros ativos.....	20
11 Imobilizado de uso e intangível	20
12 Depósitos	21
13 Recursos de aceite e emissão de títulos	21
14 Relações Interfinanceiras.....	22
15 Outros passivos.....	23
16 Passivos Contingentes	23
17 Patrimônio Líquido	23
18 Ingressos de prestação de serviços.....	24
19 Outros Ingressos Operacionais	24
20 Dispêndios de pessoal e honorários	25
21 Dispêndios administrativos.....	25
22 Outros ingressos e receitas operacionais	25
23 Outros dispêndios e despesas operacionais	26
24 Outras receitas e despesas	26
25 Partes Relacionadas	26
25.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.....	27
26 Índice de Basileia	28
27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos.....	28
28 Seguros contratados	30



CrediSIS CrediBrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro 2023
Em reais

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades	4	441.571	436.327	Depósitos	12	66.221.326	53.347.744
Instrumentos financeiros		132.952.438	107.744.496	Demais instrumentos financeiros		34.088.179	24.346.422
Títulos e valores mobiliários	5	5.340.694	5.017.546	Recursos de aceite e emissão de títulos	13	22.433.507	13.706.406
Relações interfinanceiras	6	60.279.754	30.882.675	Relações interfinanceiras	14	11.514.692	10.511.783
Operações de crédito	7	66.992.708	71.774.011	Outros passivos financeiros		139.980	128.233
Outros ativos financeiros	8	339.282	70.264	Obrigações fiscais correntes e diferidas		197.207	321.811
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(2.760.909)	(2.307.439)	Outros passivos	15	4.133.151	3.202.143
Ativos fiscais correntes e diferidos		11.591	13.301			104.639.863	81.218.120
Outros ativos	10	449.345	719.359	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado de uso	11	5.529.530	4.349.897	Capital social		18.873.684	16.741.490
Intangível	11	160.481	157.380	Reservas de sobras		8.327.839	8.327.839
(-) Depreciações e amortizações	11	(2.824.298)	(2.649.282)	Sobras ou perdas acumuladas		2.118.363	2.176.590
						29.319.886	27.245.919
Total do ativo		133.959.749	108.464.039	Total do passivo e patrimônio líquido		133.959.749	108.464.039

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS Credibrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Ingressos e receitas da intermediação financeira		11.854.463	9.780.081
Operações de crédito	18	10.100.040	7.999.381
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	1.754.423	1.780.700
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(4.448.080)	(2.665.332)
Operações de captação no mercado	12	(3.049.151)	(3.028.388)
Operações de empréstimos e repasses	14	(463.290)	(108.758)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(935.639)	471.814
Resultado bruto da intermediação financeira		7.406.383	7.114.749
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(4.324.089)	(3.084.323)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	19	630.354	466.731
Rendas de tarifas	19	19.907	24.563
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(2.600.570)	(2.319.277)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(2.838.814)	(2.436.118)
Dispêndios e despesas tributárias		(11.834)	(681)
Resultado de participações em coligadas e controladas		271.143	780.416
Outros ingressos e receitas operacionais	22	216.637	417.121
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(10.912)	(17.078)
Resultado operacional		3.082.294	4.030.426
Outras receitas e despesas	24	(55.866)	234
Sobras ou perdas antes da tributação e participações		3.026.428	4.030.660
Imposto de renda e contribuição social		(5.929)	(1.103)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(2.961)	(464)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(2.968)	(639)
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital		3.020.499	4.029.557
Juros ao capital		(902.136)	(840.934)
Sobras ou perdas do período antes das destinações		2.118.363	3.188.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CrediBrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Em reais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital	<u>3.020.499</u>	<u>4.029.557</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u><u>3.020.499</u></u>	<u><u>4.029.557</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CrediBrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Em reais

	Capital Social	Reserva legal	Reservas para Contingências	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 01/01/2023	13.550.330	6.393.093	680.767	1.403.527	22.027.717
Destinações das sobras do exercício anterior:					
Ao capital	1.378.777			(1.378.777)	-
Distribuição de sobras para associados				(24.750)	(24.750)
Movimentação de capital:					
Por Subscrição/realização	125.988				125.988
Por devolução (-)	(167.921)				(167.921)
Utilizações de reservas			(625)		(625)
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital				4.029.557	4.029.557
Remuneração de juros sobre o capital próprio:					
Provisão de juros sobre o capital próprio				(840.934)	(840.934)
Saldos em 30/06/2023	14.887.174	6.393.093	680.142	3.188.623	25.149.032
	Capital Social	Reserva legal	Reservas para Contingências	Sobras ou perdas acumuladas	Totais
Saldos em 01/01/2024	16.741.490	8.327.839	-	2.176.590	27.245.919
Destinações das sobras do exercício anterior:					
Ao capital	2.168.827			(2.168.827)	-
Distribuição de sobras aos cooperados				(7.763)	(7.763)
Movimentação de capital:					
Por Subscrição/realização	225.189				225.189
Por devolução (-)	(261.822)				(261.822)
Sobras ou perdas do período antes das destinações e dos juros ao capital				3.020.499	3.020.499
Remuneração de juros sobre o capital próprio:					
Provisão de juros sobre o capital próprio				(902.136)	(902.136)
Juros sobre o capital próprio, líquido					-
Saldos em 30/06/2024	18.873.684	8.327.839	-	2.118.363	29.319.886

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS Credibrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

Em reais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	3.026.428	4.030.660
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	935.639	(471.814)
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	(5.826)	1.208
Depreciações e amortizações	182.051	229.987
Sobras ou perdas antes da tributação e participações ajustado	4.138.292	3.790.041
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	(323.148)	(925.664)
Relações interfinanceiras	(383.649)	(497.421)
Operações de crédito	4.283.736	(2.214.467)
Outros ativos financeiros	(253.620)	(653.121)
Ativos fiscais correntes e diferidos	1.710	(1.793)
Outros ativos	270.014	(441.873)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos	12.873.582	15.184.760
Recursos de aceite e emissão de títulos	8.727.101	-
Relações interfinanceiras	1.002.909	1.162.007
Outros passivos financeiros	11.747	211.192
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(124.604)	(56.707)
Outros passivos	28.872	137.540
Imposto de renda	(2.961)	(464)
Contribuição social	(2.968)	(639)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	30.247.013	15.693.391
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.180.842)	(194.340)
Aquisição de intangível	(3.101)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.183.943)	(194.340)
Atividades de financiamentos		
Aumento por novos aportes de capital	225.189	125.988
Devolução de capital à cooperados	(261.822)	(167.921)
Distribuição de sobras as cooperativas filiadas	(7.763)	(24.750)
Utilizações de reservas	-	(625)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(44.396)	(67.308)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	29.018.674	15.431.743
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	31.319.002	26.923.716
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	60.337.676	42.355.459
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.018.674	15.431.743

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CrediBrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em reais

1 Contexto operacional

A CrediSIS CrediBrás Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Oeste de Rondônia ("Cooperativa"), fundada em 4 de dezembro de 2002, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza civil e sem fins lucrativos.

A Cooperativa está sediada em Nova Brasilândia D'Oeste RO e tem sua área de ação nos municípios de Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Alta Floresta do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Alvorada do Oeste, Urupá, Ji-Paraná, Presidente Médici, Ministro Andreazza, Castanheiras e Rolim de Moura, todos no Estado de Rondônia.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e a industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional dos cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de agosto de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas

por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor no primeiro semestre de 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa Central:

A Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

Em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, que estabeleceu procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de “SPPJ”), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Adicionalmente, Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255**, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do **Cosif**;

- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif;
- iii) **Resolução BCB nº 320**, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.; e
- iv) **Instrução Normativa BCB nº 426** de 1/12/2023 alterada pela Instrução Normativa 493 de 26 de julho de 2024: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Para cumprimento das novas regras, foi criado um projeto institucional cuja análise e execução serão realizadas por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, comercial e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS irá dividir o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela cooperativa, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o CrediSIS criou um cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- **Etapa 1 (2024):** Englobaram atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações originadas pela Resolução 4.966/21, mapeamento das áreas e dos sistemas internos impactados, entrevistas com as áreas afetadas, revisão dos checklists de conformidade e dimensionamento as ações necessárias, incluindo atividades, responsáveis, prazos e dependências internas ou externas.
- **Etapa 2 (2024):** O escopo do projeto incluiu a identificação de não conformidades em relação aos requisitos da resolução, a avaliação da arquitetura dos sistemas de tecnologia, o entendimento da aderência às necessidades de cálculo, controle e contabilização, e a análise do modelo de perdas esperadas.
- **Etapa 03 (2024):** Conclusão do estudo com a área de tecnologia da informação para levantamento dos pontos de alteração do Sistema de Tecnologia ERP e demais sistemas ligados e/ou aquisição(ões) complementar(es), caso necessário.
- **Etapa 04 (2024):** Disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 05 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 06 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.

- **Etapa 07 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN Nº 4.966/21

Os impactos completos serão divulgados em forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa Central e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa Central em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e produtos financeiros operados com instituições financeiras oficiais, entre eles, compensação, cartão de crédito e débito e correspondente bancário.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

e) Relações interfinanceiras – Repasses interfinanceiros e operações de crédito

Para singular: Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na

realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

p) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

q) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

r) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	441.571	436.327
Relações interfinanceiras (nota 6)	59.896.105	30.882.676
	60.337.676	31.319.003

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Participações em cooperativas (i)	5.340.694	5.017.546
	5.340.694	5.017.546

- (i) Trata-se de participação na Central no Sistema CrediSIS. A partir de 1º de julho de 2022 os saldos de participações de cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.

6 Relações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Direitos junto ao sistema de liquidação	383.649	-
Centralização financeira (i)	59.896.105	30.882.675
	60.279.754	30.882.675

- (i) Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 30 de junho de 2024, foram registrados R\$ 1.754.423 (R\$ 1.780.700 em 30 de junho de 2023) no resultado os rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos.

7 Operações de Crédito
a. Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não		Circulante	Não	
		circulante	Total		circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	37.552.112	16.452.817	54.004.929	56.576.513	2.461.560	59.038.073
Financiamentos	541.496	485.525	1.027.021	872.919	590.985	1.463.904
Financiamentos rurais	11.960.758	-	11.960.758	6.212.314	5.059.720	11.272.034
	50.054.366	16.938.342	66.992.708	63.661.746	8.112.265	71.774.011

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2024, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 10.100.040 (R\$ 7.999.381 em 2023) (nota 18).

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	30/06/2024			31/12/2023		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	5.312.196	5.312.196	-	13.567.438	13.567.438
B	1,0	132.779	25.756.782	25.889.561	918	36.673.058	36.673.976
C	3,0	192.149	23.805.741	23.997.890	7.053	18.387.936	18.394.989
D	10,0	34.619	10.455.081	10.489.700	2.809	1.426.957	1.429.766
E	30,0	15.742	683.567	699.309	55.993	545.021	601.014
F	50,0	56.833	120.952	177.785	35.802	230.727	266.529
G	70,0	134.749	81.613	216.362	14.366	8.753	23.119
H	100,0	93.296	116.609	209.905	513.016	304.164	817.180
		660.167	66.332.541	66.992.708	629.957	71.144.054	71.774.011

c. Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	30/06/2024	31/12/2023
2024	-	-
2025	14.731.750	7.813.594
2026	1.921.368	239.371
2027 a 2029	285.223	59.300
	16.938.342	8.112.265

d. Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2024, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 751.813 (R\$ 420.476 em 30 de junho 2023). Em 30 de junho de 2024, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 266.405 (R\$ 10.582 em 30 de junho 2023), registrados em outros ingressos operacionais (nota 18).

8 Outros ativos financeiros

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Avais e fianças honrados	55.131	58.610
Outras rendas a receber (i)	284.151	11.654
	339.282	70.264

- (i) Trata-se a provisão de juros sobre o capital integralizado na CrediSIS Central, com provisão para recebimento no final do exercício.

9 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição por tipo de Operação

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(2.243.535)	(470.873)	(2.714.408)	(2.140.531)	(135.805)	(2.276.336)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(46.501)		(46.501)	(31.103)		(31.103)
	(2.290.036)	(470.873)	(2.760.909)	(2.171.634)	(135.805)	(2.307.439)

b. Movimentação das provisões esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(2.307.439)	(2.092.670)
Créditos baixados para prejuízo	482.169	253.008
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(915.781)	(916.397)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(19.858)	(37.401)
Reversão de provisão para operações de crédito	-	486.021
Saldo final	(2.760.909)	(2.307.439)

10 Outros ativos

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	54.991	-	54.991	154	-	154
Adiantamentos por conta de imobilizações	110.132	-	110.132	380.300	-	380.300
Devedores diversos - País	88.861	-	88.861	189.779	-	189.779
Material em estoque	62.905	-	62.905	101.760	-	101.760
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	-	80.758	80.758	-	20.758	20.758
(-) Provisão para desvalorização de ativos não financeiros	-	(3.258)	(3.258)	-	(3.258)	(3.258)
Despesas antecipadas	54.956	-	54.956	29.866	-	29.866
	371.845	77.500	449.345	701.859	17.500	719.359

11 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	30/06/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de uso							
Imobilizações em curso	-	67.912	-	67.912	275.539	-	275.539
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	2.385.869	(1.365.346)	1.020.523	2.108.905	(1.271.825)	837.080
Veículos	20%	573.399	(240.336)	333.063	268.399	(201.124)	67.275
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	2.342.350	(1.092.534)	1.249.816	1.697.054	(1.057.780)	639.274
Imóveis	4%	160.000	-	160.000	-	-	-
		5.529.530	(2.698.216)	2.831.314	4.349.897	(2.530.729)	1.819.168
Intangível							
Sistemas de processamento de dados	20%	160.481	(126.082)	34.399	157.380	(118.553)	38.827
		160.481	(126.082)	34.399	157.380	(118.553)	38.827
		5.690.011	(2.824.298)	2.865.713	4.507.277	(2.649.282)	1.857.995

12 Depósitos

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	30.278.908	17.911.082
Depósitos a prazo (i)	35.942.418	35.436.662
	<u>66.221.326</u>	<u>53.347.744</u>

- (i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. Em 30 de junho de 2024, foram registrados R\$ 3.049.151 (R\$ 3.028.388 em 30 de junho de 2023) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

13 Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	3.252.770	19.180.737	22.433.507	2.695.536	11.010.870	13.706.406
	<u>3.252.770</u>	<u>19.180.737</u>	<u>22.433.507</u>	<u>2.695.536</u>	<u>11.010.870</u>	<u>13.706.406</u>

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 10.931/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”

14 Relações Interfinanceiras

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação e de arranjo de pagamento	539.619		539.619	-		-
Repasses interfinanceiros (i)	6.369.292	4.605.781	10.975.073	6.064.690	4.447.093	10.511.783
	6.908.911	4.605.781	11.514.692	6.064.690	4.447.093	10.511.783

Recursos tomados em instituições financeiras na forma de Deposito Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela CREDISIS – Central de Cooperativas de Credito Ltda. Possui remuneração média de 10,32% a.m. e vencimento final em agosto/2025. No primeiro semestre de 2024, foram registrados R\$ 463.290 (R\$ 108.758 em 2023) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses

15 Outros passivos

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Sociais e estatutárias:		
Juros sobre o capital	902.136	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	633.158	633.158
Fundos voluntários	1.163.211	1.163.211
Gratificações e participações a pagar	8.484	24.364
Sobras a distribuir	20.107	17.416
Quotas de capital a pagar	107.521	235.862
	2.834.617	2.074.011
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	1.227.206	1.073.295
Credores diversos no País	71.328	54.837
	1.298.534	1.128.132
	4.133.151	3.202.143

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN

16 Passivos Contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2024.

17 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

É representado pelas integralizações de 4.430 e 3.966 cooperados em 30 de junho de 2024 e de 2023, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes. No primeiro semestre de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 225.189 (R\$ 125.988 no primeiro semestre de 2023), também houveram integralizações por meio de distribuição de sobras no primeiro semestre de 2024 e 2023, sendo R\$ 2.168.827 e 1.378.777, respectivamente, e também ocorreram devoluções nestes períodos, no montante de R\$ 261.822 e R\$ 167.921, respectivamente.

O capital social é de R\$ 18.873.684 e de R\$ 14.887.174 em 30 de junho de 2024 e de 2023, respectivamente.

b. Reserva Legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação das sobras é de 40%.

c. Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). As sobras acumuladas do exercício de 2024 foram destinadas em sua maior parte para o capital social.

18 Ingressos de prestação de serviços

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de adiantamento a depositantes	118.307	138.274
Rendas de empréstimos	7.502.172	6.376.879
Rendas de direitos creditórios descontados	1.370.568	1.150.126
Rendas de financiamentos	153.864	137.656
Rendas de financiamentos rurais	688.724	185.864
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7d)	266.405	10.582
	10.100.040	7.999.381

19 Outros Ingressos Operacionais

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de cobrança	38.770	39.566
Rendas de serviços de custódia	315	610
Rendas de outros serviços	591.269	426.555
	630.354	466.731
Rendas de serviços prioritários – PF	14.006	16.716

Rendas de tarifas bancárias – PJ	5.901	7.847
	<u>19.907</u>	<u>24.563</u>
	<u>650.261</u>	<u>491.294</u>

20 Dispêndios de pessoal e honorários

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(39.350)	(44.010)
Despesas de honorários - Conselho Fiscal e Diretoria	(151.578)	(308.302)
Despesas de pessoal - benefícios	(451.281)	(330.547)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(426.019)	(408.301)
Despesas de pessoal - proventos	(1.532.342)	(1.227.907)
Despesas de pessoal - treinamentos	-	(210)
	<u>(2.600.570)</u>	<u>(2.319.277)</u>

21 Dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rateio despesas da Central (nota 25.1)	(1.256.219)	(1.351.740)
Serviços do sistema financeiro	(224.014)	(204.056)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(222.516)	(52.322)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(193.842)	(129.073)
Depreciações e amortizações	(182.051)	(229.987)
Outras despesas administrativas	(174.117)	(124.199)
Aluguéis	(171.917)	(118.348)
Manutenção, conservação de bens e material	(127.697)	(65.210)
Processamento de dados	(63.380)	(40.659)
Viagem no país	(57.983)	(2.722)
Água, energia e gás	(57.671)	(37.466)
Transporte	(37.987)	(21.087)
Comunicações	(28.382)	(18.527)
Seguros	(27.014)	(24.430)
Serviços de vigilância e segurança	(14.024)	(16.292)
	<u>(2.838.814)</u>	<u>(2.436.118)</u>

22 Outros ingressos e receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Outras rendas operacionais	207.798	233.519
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	5.162	6.226
Recuperação de encargos e despesas	3.677	177.376

216.637 417.121

23 Outros dispêndios e despesas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Fundo de contingência (nota 25.1)	(10.846)	(16.373)
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(66)	(705)
	<u>(10.912)</u>	<u>(17.078)</u>

24 Outras receitas e despesas

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receitas não operacionais		
Ganhos de capital	12.105	28
Outras rendas não operacionais	300	206
	<u>12.405</u>	<u>234</u>
Despesas não operacionais		
Prejuízos na alienação de valores e bens	(10.000)	-
Perdas de capital	(58.271)	-
	<u>(68.271)</u>	<u>-</u>
	<u>(55.866)</u>	<u>234</u>

25 Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	2.850.701	2.379.136
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	2.575.286	2.502.533
Patrimônio líquido		
Capital social	817.188	703.062
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	261.418	213.160
Dispêndio com captações	(19.802)	(121.814)
Benefícios:		

Honorários	179.166	437.735
Cédulas de presença	226.280	85.422

25.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b Saldos das transações da Cooperativa com a CrediSIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	59.896.105	30.882.675
Outros ativos financeiros (nota 8)	284.151	11.654
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	5.340.694	5.017.546
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 14)	6.369.292	41.972.924
Passivo exigível a longo prazo		
Relações interfinanceiras (nota 14)	4.605.781	42.279.303
Principais operações:	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2024</u>
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	1.754.424	1.780.700
Resultado de participações em coligadas e controladas	271.143	780.416
Dispêndios		

Operações de captação no mercado (nota 14)	(463.290)	(108.758)
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 21)	(1.256.219)	(1.351.740)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 24)	(10.846)	(16.373)

26 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Patrimônio de referência (PR)	29.285.486	25.109.491
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	78.131.274	57.357.927
Índice de Basileia	37%	44%

27 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de Riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:

Este risco inclui a utilização de produtos e serviços para fins de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Com isso, o Sistema CrediSIS mantém estrutura para avaliação

destes produtos e serviços, considerando os aspectos de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sua conformidade com normativos específicos. São mantidos monitoramentos e inspeções das transações realizadas utilizando os serviços de conta do CrediSIS e relatórios gerenciais que permitem a identificação de melhorias na estratégia desta estrutura de gerenciamento.

h. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

i. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

28 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Alexsandro Gusse Osowski
Presidente

Rodrigo Cassiano dos Santos
Contador CRC: RO009276/O-4

*** fim ***